

PÓS-ESTRUTURALISMO, EDUCAÇÃO E O CONCEITO DE DIFERENÇA NO CURRÍCULO ESCOLAR BRASILEIRO

Zuleika Aparecida Claro Piassa
UEL
zuleikapiassa@uel.br

1 INTRODUÇÃO

A proposição deste texto se insere no Eixo 6 deste evento “ Pedagogia, Educação e seus Fundamentos”. Foi elaborada no contexto do Projeto de Pesquisa “Análise filosófica do currículo escolar a partir da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt: em busca de potenciais de resistência” e registrado junto ao Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina sob o número 13481.

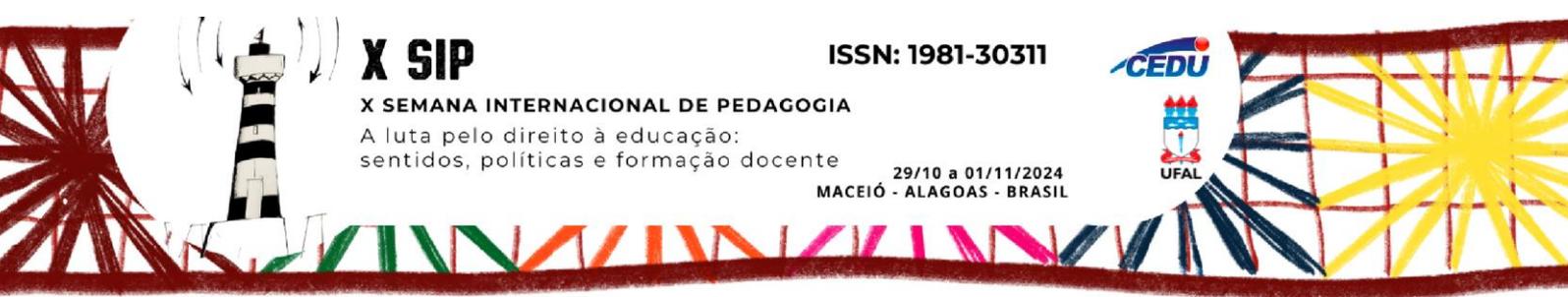
Trata-se de um texto ensaístico que problematiza as influências filosóficas das atuais discussões curriculares sobre o conceito de “diferença, categoria própria do Pós-estruturalismo francês, que não só tem permeado as discussões curriculares, como também tem provocado reflexões, debates e mobilizados políticas públicas em outros setores sociais para além do educacional.

Assim, neste texto, analisando as origens filosóficas da abordagem que esse conceito assumiu coloco a seguinte problemática: como o campo do currículo recebeu o conceito de diferença e suas categorias? Como hoje esta discussão está incorporada nos documentos curriculares?

2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste texto é analisar como o currículo escolar incorporou o conceito de diferença, próprio da teoria Pós-estruturalista francesa.

Especificamente, buscarei descrever brevemente as ideias centrais do Pós-estruturalismo e sua diferença com o Pós-modernismo, uma vez que é comum a confusão entre eles e em seguida o intuito é relacionar o Pós-estruturalismo e a diferença, seu conceito central, com a educação e o currículo escolar.



3 METODOLOGIA

Este texto de caráter ensaístico tem como lente teórica a Teoria Crítica busca em autores como Rouanet (1987), Peters (2000) e Piassa (2023), dentre outros, a base para seus argumentos. Inicia-se por apresentar as ideias centrais do Pós-estruturalismo e depois a relação com a educação e o campo do currículo, argumentando sobre a premissa de que o Pós-estruturalismo foi a base teórica das discussões sobre a diferença no currículo escolar brasileiro a partir dos anos 2000.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Pós-estruturalismo recebe o prefixo “pós” por manter com o estruturalismo, que o precedeu, certa relação de continuidade e rupturas. Em termos de continuidade permanece a crítica ao sujeito consciente do humanismo, mantido pela fenomenologia e pelo existencialismo que acreditam em um eu coerente e estável, capaz de conhecer a si mesmo e o mundo por meio da razão. O produto deste conhecimento seriam as verdades universais, capazes de estabelecer claramente os limites entre o bem e o mal, entre o bom e ruim. Para o Pós-estruturalismo não há verdades, há discursos que assumem o estatuto de verdade a depender da episteme predominante.

Tanto o Pós-estruturalismo, quanto o estruturalismo reagem contra o subjetivismo e a liberdade pessoal sartreana, suspeitam da capacidade de autoconhecimento hegeliana e destacam o papel das estruturas sócio-culturais múltiplas na formação da consciência. “Os pró-estruturalistas enfatizam a constituição discursiva do eu, sua corporeidade, sua finitude, libidinalidade, localização histórica e cultural do sujeito, bem como sua relação com o outro”. (Peters, 2000, p. 36)

Já Jean-François Lyotard (1993) defende que o pós-modernismo nasceu com a queda do *status* de verdade das grandes narrativas no ocidente, e em seu bojo o Pós-estruturalismo endogenamente lhe deu veias e sangue. O autor não separa um e outro, e vê a pós-modernidade como uma “nebulosa” de “jogos de linguagem”. E continua afirmando que a sociedade é uma construção discursiva feita a partir de diferentes enunciados, os quais obedecem a diferentes e específicas regras, não sendo possível estabelecer entre si uma regra geral, uma disciplina generalizadora como fizeram as grandes narrativas. “A sociedade é pontilhista, irredutivelmente



pluralista, não um sistema durkeimiano de solidariedades, mas uma nuvem de interações linguageiras” (Rouanet, 1987, p. 234). O social é um caldeirão fervilhante de multiplicidades, de pluralismos, impossíveis de serem reduzidos a um único conceito generalizador.

Outra fonte de desconfiança e crítica dos pós-estruturalistas é o que denominam de filosofia tradicional, de cunho platônico, centrado na metafísica e na busca da identidade entre conceito e realidade. É no bojo desta crítica que encontrarão terreno fértil as discussões sobre o múltiplo e a diferença como ontológica ao ser. (Piassa, 2023)

Micahel Peters (2000) considera que o livro “Nietzsche e a filosofia” de Gilles Deleuze é o grande marco histórico para o declínio do estruturalismo e o início do pós-estruturalismo. Mesmo contaminada por um irracionalismo pulsante, a obra de Nietzsche forneceu novos conceitos, novos métodos de pensamento e novas possibilidades de olhar o homem, os valores, a cultura e a sociedade. Nietzsche representou, antes de tudo, a coragem de inovar, de contestar a milenar filosofia e abriu as trilhas para pensar no múltiplo e no diferente. Tarefa que foi conduzida pelo Pós-estruturalismo francês. E como este movimento do pensamento chega à educação e ao currículo escolar?

A relação entre o Pós-estruturalismo e a educação se deu mediada pelo multiculturalismo, um movimento social que se iniciou nos Estados Unidos a partir, justamente do questionamento da cultura burguesa denominada eurocêntrica, presente no currículo das escolas estadunidenses e que depois ganhou força nos terrenos político e econômico nos países europeus, em função da consolidação da União Europeia e da Zona do Euro. No caso norte americano foi um movimento iniciado pelos negros que não se viam representados nos conteúdos escolares em algumas áreas como literatura, história e arte. No caso europeu, a União Europeia, em nome do fortalecimento econômico das empresas europeias, negou qualquer processo histórico cultural e as decorrentes subjetividades, obrigando da noite para o dia que judeus, alemães e muçulmanos, catalães e espanhóis, croatas e sérvios dividissem o mesmo chão de fábrica numa aparente cordialidade, em nome da sobrevivência material. (Piassa, 2023)



Novamente, vemos a razão instrumental desprezar irracionalmente o processo histórico em nome da racionalidade mercadológica. E a indústria cultural foi o meio de fabricar um espírito de aceitação da diferença, alcunhado eufemisticamente de “diversidade”. Ousamos dizer que o capitalismo, assim como fez com o liberalismo no século XIX, transformando-o em ideologia, também o fez com o Pós-estruturalismo, transferindo seu debate para o terreno político.

Como assevera Silva (2015) a ‘diversidade’ cultural é, aqui, fabricada por um dos mais poderosos instrumentos de homogeneização: o setor midiático. Trata-se de um exemplo claro do caráter ambíguo dos processos culturais pós-modernos. Ambíguo porque, de um lado, possui legitimidade atribuída por grupos culturais minoritários em direitos que sofrem pela desigualdade e injustiça social em países como os Estados Unidos e o Brasil, e que encontram argumentos racionais para terem reconhecidas e representadas suas identidades na cultura nacional. Por outro lado, o autor faz uma referência clara aos meios de comunicação de massa e às novas tecnologias da comunicação que fazem uso de mecanismos eficientes de produção de subjetividades por meio de chavões e slogans presentes em uma determinada linha teórica, no caso o Pós-estruturalismo, sem incentivar um estudo mais profundo desse processo, que é, muitas vezes, reduzido a debates culturais em torno do necessário respeito à diversidade, negando-se ou encobrendo-se as relações econômicas que deram origem aos preconceitos e injustiças que marcam essas minorias.

Lopes e Macedo (2002) apontam que a partir da segunda metade da década de 1990 os pensadores do currículo começam a incorporar questões relacionadas ao enfoque pós-moderno e pós-estruturalista ao currículo. Os pensamentos de Foucault, Guatarri, Deleuze e Derridá começam a ganhar adeptos, grande parte em função de convênios que levaram alguns renomados pesquisadores a Europa, onde essas teorias tiveram berço e onde havia um substrato político e econômico profícuo (Piassa, 2023). Podemos apontar aqui uma contradição de partida, uma vez que um dos aspectos acusados pelos movimentos multiculturalistas no Brasil é de que a cultura burguesa compartilhada pela escola é eurocêntrica. Destarte, não evoluímos, continuamos a importar nossos modelos de racionalização de nossa cultura e de nossa educação, mesmo que este modelo nos diga que devemos olhar para nossas matrizes culturais produzidas a partir e nossa realidade nacional.



Lançando como principais categorias os estudos de gênero, de raça, de etnia e incorporando os estudos sobre desempenho que incluem as pessoas com deficiência, criou-se para o currículo a temática da relação entre educação e diversidade, cujo mote são as discussões relacionadas ao preconceito e ao estereótipo, bem como da necessidade de aceitação do diferente e do reconhecimento da igualdade no que tange ao valor de todas as culturas.

O campo do currículo no Brasil, incorporou a partir dos anos 2000 as discussões do multiculturalismo com o aporte teórico do Pós-estruturalismo. Este discurso passou a ser a bandeira de educadores de esquerda, alguns deles com uma longa história de estudos da crítica de origem marxista. Esses novos referenciais adentraram as academias, os cursos de formação de professores, os documentos curriculares oficiais e foram contaminados por um “certo irracionalismo”, como afirma Rouanet (1987), pois mesmo considerando-se a legitimidade de suas reivindicações, do ponto de vista filosófico é contraditório que intelectuais adeptos de uma teoria crítica, porém universalista, abrace a defesa de pautas particularistas.

Do ponto de vista da práxis, porém, é compreensível este desdobramento em território brasileiro, uma vez que as minorias em direitos são membros das classes trabalhadoras em sua maioria, principalmente no que diz respeito à diferença relacionada à raça e ao gênero. A pobreza, em um país marcado por um capitalismo agressivo como o nosso, fragiliza qualquer luta por igualdade, afinal o poder econômico interfere no processo político, definindo o papel do Estado e o comportamento da Justiça.

Piassa (2023) investigou que toda esta luta produziu avanços sociais e contradições que ainda estão em discussão, e identificou que os atuais documentos curriculares, com destaque para a Base nacional Comum Curricular- BNCC (Brasil, 2018) secundarizou os debates sobre a diferença, reduzindo a formação escolar ao desenvolvimento de competências e habilidades, colocando a diferença e todas as suas categorias como uma condição dada que deve ser respeitada, mas não necessariamente estudada, ignorando-se que a diferença é uma produção histórica, econômica e social que influencia a subjetividade e as relações de poder entre os



sujeitos, determinando em muitos casos o lugar que ocupam no sistema produtivo e axiológico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de diferença chegou ao Brasil pelas influências do multiculturalismo norte americano, que no campo da educação assumiu a perspectiva da diversidade. Ao analisar as bases das discussões em torno desse conceito, vê-se que o aporte que lhe dá sustentação é o Pós-estruturalismo francês, muitas vezes confundido com o Pós modernismo. Outra característica é a defesa da particularidade em detrimento da universalidade, considerada metafísica e distante da vida como práxis.

Tomando como princípios a linguagem como construtoras do sujeito e definidora do objeto, o Pós-estruturalismo defende que não há verdades, há formações discursivas que constroem o conhecimento, os saberes e as subjetividades, tendo sempre a centralidade da diferença e o reconhecimento do múltiplo. Tais princípios foram bem recepcionado pelo campo do currículo escolar brasileiro, principalmente, a partir dos anos 2000 e provocou grandes processos de desconstrução da tradição curricular pautada, principalmente, no humanismo universalista. Atualmente, no entanto, muito desse discurso se perdeu em nome do privilégio de formação técnica centrada em competências e habilidades. Fica a pergunta: avançamos ou retrocedemos?

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília. MEC, 2018.

LOPES, Alice Casemiro e MACEDO, Elizabeth. **Teorias do Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LYOTAR, Jean-Fraçois. **O pós-moderno**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1993.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIASSA, Zuleika Aparecida Claro Piassa. **Reflexão crítico filosófica sobre o conceito de Diferença na BNCC**. Curitiba; appris, 2023.



X SIP

ISSN: 1981-30311

X SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

A luta pelo direito à educação:
sentidos, políticas e formação docente

29/10 a 01/11/2024
MACEIÓ - ALAGOAS - BRASIL

CEDU



ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. E. ed. 7 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.